

A QUESTÃO FEMININA:

UMA OUTRA VOZ

Carol Gilligan*

Bárbara Freitag**

No primeiro semestre de 1991 foi lançada no mercado brasileiro a tradução do livro de Carol Gilligan *In a different voice: psychological theory and women's development* (Título brasileiro: *Uma voz diferente*; tradução de Nathanael Caixeiro - Editora Rosa dos Tempos, 190 pp.), oito anos depois do seu lançamento no mercado americano.

O livro é decididamente feminista, e arrola a questão feminina a partir de uma ótica nova: a ótica da moralidade.

A tese central do livro pode ser resumida na afirmação: "As mulheres têm uma moralidade própria, diferente da moralidade masculina". Enquanto esta se orientaria pelo princípio da justiça e da igualdade, de ordem puramente racional, a moralidade feminina se articularia em torno do princípio da solidariedade e da responsabilidade, de ordem afetiva. Enquanto os homens estariam recorrendo a um discurso lógico e formal, o discurso feminino sobre a moral estaria marcado pela preocupação da relação do "eu" (ou do self) com o outro, em situações concretas.

É o que pretende esclarecer o título do livro *Uma voz diferente*. A voz ou a fala, mais especificamente, o código da fala moral masculina é diferente do feminino. A autora quer dizer que homens e mulheres vivenciam, e por isso, expressam, o conflito moral vivido de outra maneira. Tanto os esquemas de percepção, quanto as formas de ação numa situação de conflito divergem entre os dois sexos. Refletindo suas ações, as mulheres as enunciam diferentemente dos homens.

Gilligan opõe-se, com essa tese, a toda a tradição racionalista da filosofia da moral, contestando explicitamente as teorias enunciadas por Kant, Piaget, Kohlberg e tantos outros representantes dessa mesma tradição. Consciente ou inconscientemente, a autora associa-se, assim, aos defensores de uma moral da caridade, profundamente arraigada na tradição religiosa cristã. Essas afinidades eletivas permanecem, contudo, implícitas, melhor, são expressas indiretamente

* GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Tradução de Nathanael Caixeiro. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1991.

** Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

pelo uso abusivo do termo *care*, símbolo da essência da nova ética feminina postulada.

No texto original, a autora e as suas entrevistadas falam freqüentemente de *feelings of care* (95), *activities of care* (62), *to be loved and cared* (67), *to be careful no to hurt anybody* (65), *take care of* (52) ou *don't care* (46) e assim por diante. Na tradução para o português ficam mais evidentes as muitas facetas deste termo usado quase abusivamente, significando desde "caridade", "cuidado", "atenção", a "preocupar-se (ou não) com", "cuidar de" ou "praticar caridade" etc.

Enquanto os filósofos da moralidade racional defendiam uma tese universalista ("Todos os homens - no sentido de todas as pessoas da espécie humana - são iguais entre si, merecendo o mesmo tratamento"), Gilligan defende uma tese particularista, que poderia ser enunciada da seguinte forma: "A humanidade é dividida em duas categorias, fundamentalmente diferentes, isto é, em homens e mulheres." Dela decorre que os membros de um e outro grupo não podem receber o mesmo tratamento, porque vivem os conflitos morais de outra maneira, agindo segundo princípios distintos para resolver seus conflitos e raciocinando de maneira diferente para justificar suas opções.

Aprofundando-nos na leitura do livro, tendemos a dar razão à autora americana, pois ela calca as suas afirmações quase exclusivamente em entrevistas com mulheres grávidas, confrontadas com a questão do aborto, isto é, mergulhadas no conflito moral de decidirem ter ou não ter a criança.

A autora fez um trabalho empírico dos mais completos sobre a questão, entrevistando as gestantes durante o período de decisão (abortar ou não) e retomando as entrevistas um ano depois dessa decisão. Elas teriam agido certo ou errado? Como avaliavam a situação no momento crítico e como julgavam sua decisão, um ano depois de consumado (ou não) o aborto?

Cabe esclarecer aos leitores que das 29 mulheres entrevistadas, 21 (ou seja, a grande maioria) resolveram abortar a criança ainda no início da gestação. Duas mulheres da amostra geral perderam-se de vista.

Gilligan formula sua nova teoria da moralidade baseada neste material empírico. Ao interpretar os dados disponíveis, postula uma faseologia da formação da consciência moral feminina, na qual se distinguiriam claramente três estágios da moralidade feminina: o da moralidade egoísta, o da moralidade voltada para o bem-estar dos outros e, finalmente, o estágio da moralidade madura. No primeiro estágio, o critério norteador da ação moral (a decisão de abortar ou não) é única e exclusivamente o próprio bem-estar, não sendo levados em conta os demais personagens envolvidos na questão (o pai da criança, outros parentes, a própria criança). No segundo estágio, a mulher estaria tomando sua decisão baseada no princípio de não machucar os outros envolvidos (por exemplo, a mulher legítima do pai da criança, os próprios pais, que não aceitariam um neto ilegítimo, etc.). No terceiro estágio, o da maturidade moral, a decisão da mulher se calcaria no princípio de ação orientado pela responsabilidade, segundo o qual a mulher buscaria uma relação

de equilíbrio estável entre o "eu" e os outros personagens envolvidos no conflito.

As entrevistas reproduzidas para exemplificar a consciência moral das mulheres em questão procuraram sublinhar e reforçar essa tipologia. Principalmente a entrevista com Betty, uma jovem de dezessete anos, parece confirmar essa interpretação, pois a jovem se expressa de modo cada vez mais consciente sobre a questão do aborto, praticado por ela duas vezes. Nos dois casos, sua decisão baseou-se contudo em dois princípios distintos, confirmando-se, para o primeiro caso, o estágio da moralidade egoísta; e para o segundo, o da moralidade da responsabilidade.

O material empírico apresentado por Carol Gilligan nos seduz a dar-lhe razão. Digo "seduz" porque os depoimentos feitos pelas mulheres mergulhadas em uma profunda crise existencial de uma gravidez inesperada (e muitas vezes indesejada) nos fazem simpatizar e por isso mesmo concordar com a interpretação fornecida pela autora de *Uma voz diferente*. A sedução decorre da alta carga afetiva contida nos depoimentos, da interpretação dada e da empatia suscitada em qualquer mulher. Cada uma delas poderia encontrar-se (ou já se encontrou) em situação semelhante a uma das entrevistadas.

O recurso à tradição racionalista da filosofia da moral permite contornar a sedução, à semelhança de Ulisses que somente resistira ao canto das sereias (e à desgraça) amarrado ao mastro de seu navio, Gilligan procura seduzir por um particularismo dobrado. Primeiro, segregando o subgrupo das mulheres do grupo "dos seres vivos dotados de razão" (Kant) e, segundo, singularizando, no interior do grupo das mulheres, as mulheres surpreendidas por uma gravidez indesejada. No interior deste subgrupo trata-se ainda de uma amostra pouco significativa, 29 casos.

Qualquer estudante do básico saberia argumentar que do ponto de vista estatístico e metodológico este número não fornece uma base numérica aceitável para fazer as afirmações feitas por Gilligan. É simplesmente ilícito afirmar a existência de uma "outra voz moral" entre mulheres em geral, a partir das declarações feitas pelas 27 mulheres americanas estudadas na década de 1970, no decorrer de um ano.

Um estudante de medicina ainda acrescentaria que a própria condição de grávida constitui a exceção e não a regra do psiquismo feminino, sendo frequentes os casos em que a afetividade (e a moralidade?) das gestantes é alterada pela gravidez.

Um sociólogo, por sua vez, alertaria para o fato de que Gilligan omite certos aspectos sociais, indispensáveis para compreender a situação de conflito vivido pelas mulheres estudadas (sua faixa etária, sua situação sócio-econômica, seu nível educacional, sua convicção religiosa, etc.). O assistente social acrescentaria o detalhe não negligenciável de que a amostra de Gilligan é composta por mulheres angustiadas que vieram buscar em uma instituição pública de assistência social o apoio financeiro e psicológico que suas famílias e seus pares no trabalho ou na escola não lhe puderam ou quiseram dar.

A especificidade do estudo de Gilligan não a autoriza a fazer afirmações sobre a moralidade da mulher em geral ou de todas as mulheres. A autora de *Uma voz diferente* pode, como vimos, ser facilmente criticada com auxílio do mesmo princípio que norteou sua pesquisa: o do particularismo. Segundo esse princípio, privilegia-se a diferença entre os seres humanos e não o que lhes é comum. Assim, uma mulher gestante é diferente da não-gestante, a americana é diferente da brasileira, a adolescente, diferente da sexagenária, a intelectual diferente da operária.

Segundo o princípio universalista, defendido pelos enciclopedistas e iluministas do século XVIII, todos os seres humanos são iguais, independentemente de sua cor, crença, classe social, condição econômica e convicção religiosa. Essa "igualdade" apóia-se em aspectos da própria condição humana como racionalidade, afetividade, dignidade, liberdade, moralidade e até mesmo mortalidade. O universalismo procura sublinhar as dimensões em comum dos seres vivos da espécie humana, sem contudo negar as diferenças e desigualdades sociais, criadas pelos próprios seres humanos com a finalidade de criar ou preservar privilégios. A ênfase na "diferença", na "particularidade", na "distinção" assume assim, inevitavelmente uma dimensão conservadora, segregadora, hierarquizadora.

O trabalho de Gilligan apesar dos seus méritos indiscutíveis, corre o risco de cair nessa armadilha. Antes de falar desse risco, cabe falar dos méritos. A autora trata do assunto delicado da gravidez indesejada e do aborto (consumado ou não) com a maior seriedade, ou seja, sem cair nas ciladas dos inúmeros preconceitos, que circundam essa questão. As entrevistas autênticas dão testemunho do sofrimento, das indecisões, do conflito social e moral vivido pelas mulheres estudadas. O grande mérito do trabalho consiste em "dar uma voz" para cada caso, sem sugerir soluções "certas" ou "erradas", sem aplicar um mesmo padrão de medida para cada um dos casos. A autora acompanha com empatia o conflito moral vivido pelas mulheres estudadas, mostrando como elas vão se conscientizando da complexidade do problema, assumindo totalmente a responsabilidade pela decisão tomada e pelas conseqüências daí decorrentes para si mesmas e para os outros, elevando, assim, a sua moralidade.

O problema com o livro de Gilligan decorre de sua tese central, enunciada no princípio do livro e mantida conseqüentemente até o final, segundo a qual a moralidade masculina se distingue da feminina. Toda a montagem do livro, a seleção do tema, a escolha da amostragem, a interpretação dos depoimentos dados têm como objetivo único e exclusivo comprovar a diferença entre a "voz feminina" e a "voz masculina" no que concerne à questão da moralidade. A autora, tão compreensiva e flexível, quando interpreta e julga suas entrevistadas, demonstra sua incompreensão e inflexibilidade quando assimila a questão da moralidade à questão feminina, fazendo injustiça a ambas.

A questão da moralidade corre o risco de ser reinterpretada em termos de diferenças biológicas, enquanto as diferenças biológicas que indubitavelmente

existem no plano biológico são ilicitamente extrapoladas para o plano da consciência moral.

Gilligan pratica assim um "reducionismo feminista" prejudicial à causa feminina. As possibilidades de emancipação da mulher não aumentam insistindo-se nas diferenças biológicas que existem. Essas mesmas possibilidades se reduzem ainda mais, quando enfatizada uma diferença no plano moral que não existe e que unicamente reforça um velho preconceito antifeminista intolerável: da mulher sem razão, essencialmente uterina.

Em seu capítulo conclusivo, a autora de *Uma voz diferente* desconfia ter arrombado as portas erradas. Depois de ter insistido durante 170 páginas na diferença das vozes da moral, a masculina, essencialmente racional, a feminina essencialmente afetiva; a primeira baseada no princípio da justiça, a segunda, baseada no princípio da responsabilidade, Gilligan admite a possibilidade (e eventualmente até mesmo a necessidade) de um diálogo moral entre homem e mulher. Ignora assim que este diálogo já foi instaurado pelos herdeiros da teoria crítica da sociedade sob a forma da Ética Discursiva, em que a questão da moralidade é resolvida por vias argumentativas e em que todas (e as mais variadas) vozes têm o direito e o dever de se fazerem ouvir (Habermas e Apel).

Nesta teoria da moralidade, que Gilligan parece desconhecer, busca-se o entendimento, em especial sobre os princípios que nortearão as futuras ações. Para a obtenção do entendimento só vale o melhor argumento, ignorando-se, no debate, o sexo, a cor ou a religião das "vozes" que o apresentam.